

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - SERVIÇOS E FORNECIMENTO CONTÍNUOS

Relatório de Instrução Processual Mínima
Processo Administrativo nº x.xxx.xxx/xxxx

DADOS DO CONTRATO

1 – Contrato original: xxxx/20xx

2 – Quantidade de aditivos

3 – Objeto do Contrato

4 – Prazo de execução:

5 – Valor:

**DADOS DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO CONTÍNUO –
art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**

6 – Período da prorrogação:

7 – Valor da prorrogação:

INSTRUÇÃO PROCESSUAL		SIM	NÃO APLICÁ VEL	FLS.	OBS. Nº
1	O contrato administrativo está em vigor?				
2	Consta justificativa que demonstre a natureza contínua dos serviços?				
3	Há respeito à vigência máxima decenal estabelecida no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021?				
4	Há previsão de prorrogação no edital, conforme o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021?				
5	Consta declaração da autoridade competente de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, conforme o art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021?				
6	Consta autorização da autoridade competente da Pasta/Entidade publicada na Imprensa Oficial antes do término do contrato (art. 397 do RGCAF; art. 37, <i>caput</i> da CRFB)?				
7	Consta pesquisa de preços comprovando a vantajosidade da prorrogação?				
8	Consta documentação jurídico fiscal da contratada, que demonstre a manutenção dos requisitos de habilitação, cuja completude validade e autenticidade já tenham sido devidamente atestadas pela Secretaria/Entidade?				
9	Consta consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, com a demonstração de				

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - SERVIÇOS E FORNECIMENTO CONTÍNUOS

	que a sociedade empresária não possui impedimento para participar de licitação e contratar com a Administração Pública?				
10	Consta novo cronograma físico-financeiro?				
11	Consta complementação da garantia contratual que atenda à prorrogação de prazo pretendida (arts. 447 e 457 do RGCAF e art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021)?				
12	Há concordância expressa da contratada com a prorrogação, que indique o preço a ser praticado durante a prorrogação?				
13	Constam documentos de natureza orçamentária (a declaração de conformidade dos atos de autorização de despesa, a declaração de disponibilidade orçamentária, a nota de autorização de despesa e a nota de empenho)?				
14	Consta Parecer da CODESP, conforme preconiza o Decreto Rio nº 42.887/2017?				
15	Consta minuta de termo aditivo de prorrogação de prazo contratual aprovada pela PGM?				
16	Consta Declaração de Conformidade, preenchida de acordo com Anexo do Decreto Rio nº 51.187/2022 pertinente ao termo aditivo de prorrogação do contrato de prestação de serviços ou de fornecimento contínuo?				

OBSERVAÇÕES:

OBS. Nº:

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)